

## **Informação e Comunicação como Problemas: notas sobre o trabalho lingüístico dos agentes comunitários de saúde**

*Carla Macedo Martins*

Descobri aos 13 anos que o que me dava prazer nas leituras não era a beleza das frases, mas a doença delas. Comuniquei ao Padre Ezequiel, ao meu Preceptor, esse gosto esquisito. Eu pensava que fosse um sujeito escaleno. Gostar de fazer defeitos na frase é muito saudável, o Padre me disse. Ele fez um limpamento em meus receios. O Padre falou ainda: - Manoel, isso não é doença, pode muito que você carregue para o resto da vida um certo gosto por nadas... E se riu. - Você não é de bugre? - ele continuou. Que sim, eu respondi. - Veja que bugre só pega por desvio, não anda em estradas. - Pois é nos desvios que encontra as melhores surpresas e os ariticuns maduros. - Há apenas que errar bem seu idioma. Esse Padre Ezequiel foi meu primeiro professor de agramática. (Manoel de Barros, *O Livro das Ignorças*)

### Introdução

É inegável que a perspectiva do trabalho como uma atividade perpassada pela linguagem está presente no universo discursivo da saúde. Termos como 'cuidado',<sup>1</sup> 'acolhimento', 'integralidade',<sup>2</sup> 'vínculo', 'humanização'<sup>3</sup> e 'tecnologias leves'<sup>4</sup> – correntes e recorrentes tanto na literatura acadêmica quanto nos documentos produzidos no âmbito do Estado brasileiro – remetem, de uma forma ou de outra, à noção de 'interação verbal'.

Esta perspectiva está contemplada também na configuração do Programa Saúde da Família (PSF). Neste, a interação verbal assume, de forma explícita, um papel central na produção social de saúde, pois as intervenções estão calcadas na 'competência interacional' dos agentes comunitários de saúde (ACS) com a comunidade atendida, além de a comunicação no interior da equipe de saúde também estar prevista como um horizonte a ser conquistado.

A relevância da interação verbal é identificada também no discurso sobre a formação deste trabalhador. Para os implicados nesta formação – não só os docentes das instituições formadoras e gestores do sistema de saúde, mas também as lideranças da categoria –, o ACS é<sup>5</sup>

- o elo entre a comunidade e os serviços de saúde;
- o elo entre a comunidade e a equipe de saúde;
- o elo entre a comunidade e a unidade de saúde;
- o elo entre as políticas públicas de saúde e o que é oferecido;
- um facilitador do vínculo entre comunidade e serviços de saúde;
- um mobilizador social;

<sup>1</sup> Sobre cuidado, ver Abrahão, texto "Tecnologia: conceito e relações com o trabalho em saúde", no livro *O Processo Histórico do Trabalho em Saúde*, nesta coleção (N. E.).

<sup>2</sup> Sobre integralidade, ver Silva Junior e Alves, texto "Modelos assistenciais em saúde: desafios e perspectivas", no livro *Modelos de Atenção e a Saúde da Família*, nesta coleção (N. E.).

<sup>3</sup> Sobre humanização, ver Souza e Moreira, texto "Humanização da saúde e a estratégia de saúde da família: explorando alguns dilemas para além da política", no livro *Modelos de Atenção e a Saúde da Família*, nesta coleção (N. E.).

<sup>4</sup> Sobre tecnologias leves, ver Abrahão, texto "Tecnologia: conceito e relações com o trabalho em saúde", no livro *O Processo Histórico do Trabalho em Saúde*, nesta coleção (N. E.).

<sup>5</sup> Estes enunciados foram produzidos a partir das oficinas desenvolvidas no projeto "Material Didático para a Formação Técnica dos Agentes Comunitários de Saúde: melhoria da qualidade na atenção básica", no âmbito do qual esta coleção didática foi concebida. Observamos que não é nossa proposta, no presente texto, analisar os sentidos produzidos nesta série de enunciados, mas apenas indicar a existência de um trabalho discursivo que remete ao caráter interativo-comunicacional da atuação profissional do ACS. Para uma apresentação do projeto, ver livro *O Território e o Processo Saúde-Doença*, desta coleção.

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

- um articulador;
- um educador.

Os sentidos evocados e construídos nesta série de enunciados apontam exatamente para a perspectiva do ACS como 'informador', 'comunicador', 'educador', ou ainda 'tradutor', ou seja, atividades e qualificações relacionadas ao campo da interação verbal. Podemos afirmar, assim, que a produção discursiva sobre este trabalho – e inclusive sua caracterização como 'profissional' – tem, como um de seus centros, a linguagem. A expressão 'profissionalizar o ACS' implica, na sua configuração discursiva atual, refletir sobre como usar a linguagem para estabelecer uma relação com a comunidade tanto na direção de promover mudanças de vida/saúde na mesma quanto no sentido de transpor as informações coletadas para os sistemas-base<sup>6</sup> de ações em saúde.

Portanto, falar sobre o trabalho dos ACS e sobre sua qualificação formal – sobre sua formação no âmbito da instituição escolar – é também falar de trabalho como linguagem e de linguagem como trabalho, pois a idéia de língua como 'instrumento' está inscrita na produção discursiva sobre este trabalhador da saúde.

Como o leitor perceberá, nada é mais novo e nada é mais velho do que a busca de enquadrar – e, sobretudo, 'desenquadrar' – a língua como trabalho. Também por este fato histórico-ideológico, a relação entre língua e trabalho é uma questão que os envolvidos na qualificação formal dos ACS – incluindo os docentes – não poderiam se furtar a enfrentar. Neste cenário, colocamos em foco também as noções de 'informação' e 'comunicação', que estão implicadas, ainda segundo os enunciados anteriormente elencados, na conformação discursiva sobre a prática de trabalho lingüístico dos ACS.

Assim, para a discussão do trabalho dos ACS, dois pontos percorrem o texto: em primeiro lugar, as concepções sobre a língua (e as possibilidades de sua abordagem como trabalho); em segundo lugar, as noções de informação e comunicação. A partir desses dois pontos, podemos formular, nos seguintes termos, a pergunta-mote de nosso texto: que entraves e possibilidades se colocam quando assumimos o risco de abordar a língua como instrumento de informação e comunicação?

<sup>6</sup> Sobre Sistema de Informação da Atenção Básica, ver Camargo Junior, Coeli e Moreno, texto "Informação e avaliação em saúde", no livro *Políticas de Saúde: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde*; e Soares, Gomes e Moreno, texto "Sistema de Informação da Atenção Básica", no livro *Modelos de Atenção e a Saúde da Família*, ambos nesta coleção (N. E.)

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

Por esta via, intencionamos contribuir não para resolver, mas para formular o problema colocado pelo projeto político-educacional de qualificação formal dos ACS, que supõe a possibilidade de transformar a produção social da saúde – da vida – a partir da ação discursiva. Assim, o texto retoma as reflexões sobre língua(gem), informação, comunicação e educação abordadas pela totalidade dos textos deste volume.

Contudo, enfocamos estes temas privilegiando os referenciais que atravessam hoje, em particular, a lingüística, área que se dedica a pensar a língua na sua especificidade formal, mas em torno da qual orbitam contribuições e críticas advindas de outros campos, como a filosofia da linguagem. Na sua definição institucionalizada, a lingüística é o estudo científico da língua tomada como um objeto específico. Tal definição identifica como gênese o livro intitulado *Curso de Lingüística Geral*, publicação de 1916 que apresenta as idéias de Ferdinand de Saussure.<sup>7</sup> A busca de diálogo com a lingüística se justifica pelo acúmulo de conhecimentos sobre a língua em suas diversas dimensões, promovido e sistematizado por esta área ao longo de um século.

Como focar a língua como trabalho sem ignorar sua especificidade como produção humana? Como mergulhar nesta discussão sem sucumbir à perspectiva da língua, por um lado, como simples reflexo da realidade (incluindo as relações econômico-sociais) ou, por outro lado, como fruto de uma criatividade ou inventividade humana idealizada? Ou ainda, como abordar a língua como trabalho sem considerá-la como um meio, um código ou um mero 'instrumento' de transmissão de mensagens? Ou seja, que problemas – sempre no sentido forte da palavra – são gestados quando a língua é colocada como objeto e abordada como trabalho?

<sup>7</sup> É evidente que considerar a obra de Saussure – o chamado corte saussuriano – como o marco inaugural da lingüística não dá conta de explicar a diversidade de genealogias dos estudos sobre a linguagem. Por exemplo, para a tradição norte-americana, Franz Boas e Edward Sapir, antropólogos que centraram seu trabalho na descrição das línguas ameríndias em extinção e que influenciaram, de forma fundamental, abordagens lingüístico-antropológicas recentes, são também considerados fundadores da lingüística (Crystal, 1997; Trask, 2004). Outra questão diz respeito ao momento de fundação da ciência, que pode ser situado não no século XX, mas no XVIII, com William Jones (1746-1794), juiz inglês que exercia seu ofício na burocracia colonial em Calcutá e entrou em contato com o sânscrito, abrindo espaço para os estudos comparativos entre línguas diversas (Faraco, 2004). No entanto, o *Curso de Lingüística Geral* se constitui como a obra central com a qual dialogam os rompimentos e as permanências abordados no presente texto.

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

Assim, algumas questões presentes no trabalho (lingüístico) do ACS não se iniciaram com o 'surgimento' deste trabalhador. Nossa incursão nos estudos sobre a língua, portanto, tem como objetivo enfrentar – porém não resolver – os problemas implicados na relação linguagem e trabalho, relação que permeia as práticas do ACS.

Cabem ainda duas observações, a respeito da organização do texto. Identificaremos de que áreas ou campos de conhecimento – 'dentro' ou 'fora' da lingüística – surgem as questões colocadas. Nossa proposta, ao caminhar desta forma, é tentar explorar a miríade de questões que atravessa a prática lingüística de trabalho dos ACS e a diversidade de teorias em diálogo com essa mesma prática. Enfatizamos também que nosso percurso não será cronológico, mas temático, apesar do risco da pasteurização e da simplificação que esta opção impõe. Ou seja, nosso objetivo não é traçar uma história das idéias sobre a língua, nem uma historiografia da lingüística, tampouco de outras áreas ou outros campos de conhecimento.

Seguindo este princípio de organização por temas, o texto se estrutura em dois itens, organizados em torno da exploração crítica de três teses que consideramos fundamentais para a discussão sobre o trabalho lingüístico e a formação dos ACS: 'a língua é reflexo de uma realidade (estável)', a 'língua é invenção (consensual)' e 'a língua é um meio'. O objetivo é indicar que o questionamento dessas afirmações coloca não só a língua, mas também a 'informação' e a 'comunicação' como problemas que não se solucionam – assinamos logo de saída – simplesmente a partir das negações das teses indicadas. No percurso proposto por cada item, voltamos nosso olhar para os ACS, buscando discutir, na sua dimensão lingüístico-discursiva, a complexidade da prática profissional deste trabalhador.

Aqui cabe um último esclarecimento, a respeito da palavra 'tese' para nos referirmos às concepções sobre a língua tratadas no presente texto. Ao empregá-la, não estamos considerando que estas concepções são sustentadas explicitamente pelos autores e pelas abordagens. Na verdade, apesar de cimentadas ao longo da história do pensamento humano, as teses não são necessariamente defendidas diretamente por obras registradas e de autoria definida. Mas nisto reside exatamente sua força: elas circulam e condicionam nossa perspectiva sobre a língua. Empregamos a palavra 'tese', portanto, para expressar essa potência.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

Em suma, pretendemos neste texto – ‘apenas’ – localizar a língua como um objeto, desnaturalizando-a como um ‘instrumento’ (comunicativo e informativo).<sup>8</sup> Língua como trabalho, o trabalho como língua e o trabalho da língua – estas são as três questões que o presente texto entrelaça com a prática do ACS, na perspectiva de nos fornecer elementos para (re)pensá-lo como trabalhador da saúde.

### **A Língua é Reflexo da Realidade (Estável) ou Invenção (Consensual)?<sup>9</sup>**

Para discutirmos as duas teses delineadas neste subtítulo, podemos iniciar nossa reflexão sobre a língua – e suas implicações na autoprodução do humano – com a velha questão de natureza filosófica: qual a relação entre língua e realidade? Tal questão nos remete ao campo da filosofia da linguagem<sup>10</sup> e como não podia deixar de ser, nossa aventura começa – ah, sempre eles! – pelos gregos.

Voltemo-nos para um momento privilegiado da ‘criação’ desta pergunta: o vocábulo *logos* e sua relação com o nascimento da filosofia. Para iniciarmos nosso caminho, tomemos os filósofos pré-socráticos, nominalmente, Heráclito.

Nos pré-socráticos, *logos* aparece “como princípio cósmico, como a própria racionalidade do real, o princípio subjacente ao fogo, que é, para Heráclito, o elemento primordial. E *logos* como inteligência ou razão humana, voltada para o conhecimento do real” (Japiassú & Marcondes, 1996: 167). A correspondência entre ‘racionalidade do real’ e possibilidade de conhecer se condensa em *logos*; ou seja, nesta palavra, se encontra uma das gêneses da filosofia. Para Marcondes (2005), *logos* figura ao lado de *physis*, da idéia de causalida-

<sup>8</sup> No presente texto, empregaremos o termo ‘língua’ em dois sentidos, um mais restrito e outro mais amplo: em referência a uma língua específica (no caso, a portuguesa) ou à produção simbólico material humana que denominamos também ‘linguagem verbal’.

<sup>9</sup> Agradeço a leitura de Claudio Gomes sobre a oposição entre sofistas e socráticos, tratada neste primeiro item do texto. Equívocos são de responsabilidade da autora.

<sup>10</sup> Diríamos que a filosofia da linguagem consiste no corpo de estudos dedicados a refletir, fundamentalmente, sobre três questões: a natureza da linguagem e sua relação com a humanidade (qual a origem da linguagem? que propriedades a diferenciam das formas de comunicação animal?); a relação entre linguagem e pensamento (pode-se pensar sem linguagem?); e a relação entre linguagem e realidade (a verdade depende das palavras que utilizamos?). Para uma definição de filosofia da linguagem, ver Nef (1995), Auroux (1998) e Blackburn (1997).

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

de, da *arqué*, do cosmo e do caráter crítico como uma das noções fundamentais do pensamento filosófico-científico.<sup>11</sup>

Exploremos um pouco mais, então, seus significados e sua conexão com esta forma específica de conhecer que se chama filosofia grega. Continuando com Japiassú e Marcondes (1996: 167), *logos*<sup>12</sup> é um

conceito central da filosofia grega que possui inúmeras acepções em diferentes correntes filosóficas, variando às vezes no pensamento de um mesmo filósofo. Na língua grega clássica, equivale à 'palavra', 'verbo', 'sentença', 'discurso', 'pensamento', 'inteligência', 'razão', 'definição' etc. Supõe-se que em seu sentido etimológico originário de 'reunir', 'recolher', estaria contido o caráter de combinação, associação e ordenação do *logos*, que daria assim sentido às coisas.

Para Chauí (2002: 504), *logos* "sintetiza vários significados que, em português, estão separados, mas unidos em grego". Para a autora, *logos* é

palavra, o que se diz, sentença, máxima, exemplo, conversa, assunto de discussão; pensar [sic], inteligência, razão, faculdade de raciocinar; fundamento, causa, princípio, motivo, razão de alguma coisa; argumento, exercício da razão, juízo ou julgamento, bom senso, explicação, narrativa, estudos; valor atribuído a alguma coisa, razão íntima de uma coisa, justificação, analogia. *Logos* reúne numa só palavra quatro sentidos: linguagem, pensamento ou razão, norma ou regra, ser ou realidade íntima de alguma coisa (...) Esta unidade de sentidos é o que leva os historiadores da filosofia a considerar que, na filosofia grega, dizer, pensar e ser são a mesma coisa.

Assim, para os gregos, o *logos* era uma unidade entre linguagem, mundo, natureza e racionalidade. O *logos* é, então, o pensamento humano – agora equivalente à 'racionalidade' – aplicado ao entendimento da natureza. É também o discurso racional, argumentativo, em que as explicações são justificadas e estão sujeitas à crítica e à discussão. Em Heráclito, há uma correspondência entre a racionalidade humana e a racionalidade do real que constitui exatamente a condição de possibilidade de um discurso sobre o real (Marcondes, 2005). Não à toa, de *logos*, além de 'diálogo' e 'dialética', surge também a palavra 'lógica'.

<sup>11</sup> Para uma discussão mais aprofundada da relação entre *logos* e a origem do pensamento filosófico, ver também Chauí (2002), capítulo "O nascimento da filosofia".

<sup>12</sup> Tanto para Japiassú e Marcondes (1996) quanto para Chauí (2002), *logos* se origina do grego *legein*. Chauí apresenta uma lista de vinte e seis sentidos deste verbo, agrupados em cinco categorias: 1) reunir, colher, contar, enumerar, calcular; 2) narrar, pronunciar, proferir, falar, dizer, declarar, anunciar, nomear claramente, discutir; 3) pensar, refletir, ordenar; 4) querer dizer, significar, falar como orador, contar, escolher; 5) ler em voz alta, recitar, fazer dizer. Tal panorama indica, mais uma vez, a polissemia de *logos*, já na sua raiz etimológica.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

Lembremos ainda que o *logos* difere do mito – a narrativa de caráter poético que recorre aos deuses e ao mistério na descrição do real – estando, portanto, na origem da filosofia. Nas palavras de Chauí sobre o nascimento da filosofia (2002: 38), ela enfatiza exatamente a transformação que esta instaura na história do pensamento:

Uma [mudança], que veremos ser a base ocidental das idéias de razão e realidade, surge (...). Os primeiros filósofos não pretenderam explicar apenas a origem das coisas e da ordem do mundo, mas também e sobretudo as causas das mudanças e das repetições, das diferenças e semelhanças entre as coisas, seu surgimento, suas modificações e transformações e seu desaparecimento ou corrupção e morte. Porém, buscaram ainda mais: a permanência de um fundo sempre idêntico, sempre igual a si mesmo, imutável sob as mudanças. Sob a mudança e a multiplicidade das coisas buscaram a permanência e a unidade do sentido que as sustenta. Buscaram a identidade oculta e subjacente aos contrários, aos opostos, aos diferentes e aos semelhantes; aquilo que causa as mudanças, mas permanece imutável em si mesmo; aquilo que dá origem à multiplicidade das coisas, mas permanece idêntico a si mesmo.

Por que nossa exploração da relação entre o sentido do vocábulo *logos* e o nascimento da filosofia nos termos inventados pelos gregos? Qual a questão aqui? Nossa perspectiva é que se observe como, já desde muito cedo, na criação da noção de 'pensamento' na sua versão grega, há duas idéias fundamentais: em primeiro lugar, a língua como um espelho da realidade e, em segundo lugar, a realidade e a língua como harmônicas, unas e estáveis. Enfim, aquilo que 'permanece imutável em si mesmo' e 'idêntico a si mesmo'.

Continuemos nossa breve trajetória pela história da filosofia. Dando mais um passo no estabelecimento da relação entre língua e realidade, a discussão se volta para o estatuto de verdade das afirmações. Em Platão, *logos* é "a definição, a sentença predicativa que expressa uma qualidade essencial de algo", e, em Aristóteles, é "a sentença que pode ser verdadeira ou falsa, e que manifesta ou expressa o pensamento" (Japiassú & Marcondes, 1996: 167). Essa discussão culmina na disputa entre sofistas e socráticos (Platão e Aristóteles).

Com os sofistas e os socráticos também percebemos que, desde muito cedo na história – registrada – do pensamento humano, as discussões a respeito da língua giraram em torno de algumas perguntas: o que significa, afinal de contas, que alguma palavra "faz sentido"? Este sentido apresenta uma essência fixa? Tal essência é acessível ao conhecimento humano? Afirmar que ela é fixa é sinônimo de afirmar que ela é transcendente?



## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

Mais uma vez, estas questões estão na própria constituição da filosofia grega como projeto humano, e perpassam, em alguma medida, nossas perspectivas sobre a língua até hoje. Ou seja, a polêmica entre socráticos e sofistas, sobre a qual passamos a discorrer de forma breve a partir de agora, também reverbera em concepções contemporâneas da relação língua e realidade. E, reiteramos, coloca questões também para as noções de informação e comunicação e para as possibilidades de focar a língua como trabalho do ACS, conforme discutiremos a seguir.

Em que consiste a disputa entre sofistas e socráticos?<sup>13</sup> Vejamos de forma bastante resumida e sintética. De um lado, situa-se a idéia, propugnada pelos sofistas, de que a verdade resulta de nossas opiniões sobre as coisas e do consenso que se forma em torno disso, o que implica que tal verdade é relativa, diversificada e mutável. De outro lado, encontra-se a perspectiva, entre os socráticos, de que as coisas têm uma essência, que é de alguma forma permanente, o que resulta em compreender que há uma verdade única e fixa que transcende não só a experiência humana concreta e variada do real, mas também as opiniões e os consensos. Em outras palavras, o cerne da controvérsia se situa na questão: o consenso prevalece sobre a verdade (sofistas) ou a verdade prevalece sobre o consenso (socráticos)?<sup>14</sup>

Para explorar um pouco mais o pensamento sofista, podemos apontar que seu primeiro grande legado é o relativismo – a impossibilidade de estabelecermos verdades universalmente válidas, o que, por sua vez, se relaciona com a incognoscibilidade da realidade. Tal relativismo se expressa no filósofo Górgias (ou melhor: na leitura platônica do sofismo expressa na obra *Górgias*): “Nada existe que possa ser conhecido; se pudesse ser conhecido, não poderia ser comunicado; se pudesse ser comunicado, não poderia ser compreendido”.

O pensamento sofista não só aponta a impossibilidade de conhecer – nos termos platônicos, o acesso às ‘coisas em si’ – como também localiza a língua nesta impossibilidade: mesmo que fosse possível conhecer o real, não

<sup>13</sup> Nossa reflexão sobre a polêmica entre socráticos e sofistas está baseada no texto “Três caminhos na filosofia da linguagem”, de Helena Martins (2004).

<sup>14</sup> Considerar plausível este antagonismo entre sofistas e socráticos supõe superar a visão dos sofistas como destituídos de ética, ou seja, significa considerar a pertinência e a própria existência de uma filosofia sofista, que inclusive gerou contribuições para o estudo da gramática (Martins, 2004; Robins, 1983; Neves, 1987). Também para uma outra perspectiva sobre a importância dos sofistas para a linguagem e a produção de saber, ver Foucault (2002).

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

poderia ser dito; mesmo que pudesse ser dito, não poderia ser entendido. A linguagem não diz o real. Ou ainda, a linguagem não é uma forma de apropriação sobre o real, e sim uma troca entre falantes e ouvintes, que não está condicionada pelo real. Ainda em *Górgias*, “Não são pois os seres que nós revelamos àqueles que nos cercam; nós só lhes revelamos um discurso que é diferente das substâncias”.

Ou seja, o que consideramos real é aquilo que se revela, para nós, no discurso. O discurso produz consensos, e estes são responsáveis pela estabilidade da linguagem. Assim, na perspectiva sofística, a palavra não ‘tem’ sentido; ela ‘faz’ sentido.

Aqui se coloca, então, o segundo grande legado dos sofistas: a linguagem como demiurgo<sup>15</sup> ou, em outras palavras, a predominância da linguagem como ação humana. A linguagem, portanto, não diria o real, e sim faz ‘real’ aquilo que diz. Em *Górgias*: “O discurso é um grande soberano, que com o mais diminuto e inaparente corpo as mais divinas obras executa”.

Relacionados a estes dois grandes legados, podemos ainda apontar quatro perspectivas inauguradas pelos sofistas: a volatilidade da linguagem; o sentido como não inerente à palavra, e sim como um resultado; o sentido como algo estimado e não garantido; e a linguagem como não-representacional.

E como pensam os socráticos sobre a linguagem? Começando com Platão, é inevitável trazer à baila a sua teoria das idéias. Platão propugnou uma ontologia dualista, isto é, uma cisão entre um mundo sensível – das aparências – e um inteligível – das essências ou idéias. Estas últimas, embora denominadas ‘idéias’, não existem na mente humana, e sim existem em si, em uma dimensão intemporal e universal, que define, em última instância, o real. O papel da linguagem seria, portanto, o de representar a dimensão fixa e eterna do real – as ‘essências’ – em oposição à variabilidade e multiplicidade do mundo – as ‘aparências’.

O primeiro legado do pensamento platônico é, portanto, o universalismo de carácter essencialista: a linguagem, para funcionar, deve transcender as opiniões e representar o real, independente de variações. A linguagem, portanto, apresenta uma estrutura conceptual transcendente:

<sup>15</sup> Na definição do *Dicionário Houaiss* (2001), ‘demiurgo’ seria, “segundo o filósofo grego Platão (428-348 a.C.), o artesão divino ou o princípio organizador do universo que, sem criar de fato a realidade, modela e organiza a matéria caótica preexistente através da imitação de modelos eternos e perfeitos”.

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

O fato de não empregarem os legisladores as mesmas sílabas não nos deve induzir a erro. Os ferreiros, também, não trabalham com o mesmo ferro, embora todos eles façam iguais instrumentos para autêntica finalidade. Seja como for, uma vez que lhe imprima a mesma forma, ainda que o ferro seja diferente, não deixará por isso o instrumento de ser bom, quer o seja fabricado aqui, quer o seja entre os bárbaros. (Platão, *Teeteto-Crátilo*, p. 154)

O segundo grande legado é o da linguagem como representação, ou seja, a linguagem como secundária ao real (entidades extra-lingüísticas universais, autônomas e independentes). Para Platão, a verdade dos enunciados se dá única e exclusivamente em função da relação entre linguagem e real, sem a mediação humana: um enunciado não poderia funcionar como tal se este não, por si mesmo e de forma objetiva, descrever uma parcela da realidade. Nas palavras do *Crátilo*, "os nomes respondem não à comunidade, mas sim à realidade".

Relacionados a estes dois grandes legados, podemos ainda apontar quatro perspectivas inauguradas por Platão: a estabilidade da linguagem; o sentido como algo dado na 'letra', como inerente à palavra; o sentido como exterior e independente dos sujeitos; e a linguagem como descrição.

Voltando-nos para Aristóteles, que legados o pensamento deste filósofo coloca? Assim como Platão, ele parte do princípio que um elo objetivo e estável une as palavras e o extralingüístico. No entanto, Aristóteles discorda da 'teoria platônica das formas'. Como Aristóteles também se opunha ao pensamento sofista, coloca-se a questão: como garantir uma ordem objetiva universal subjacente à variabilidade das línguas humanas?

Para este pensador, as essências universais seriam abstraídas do contato com as coisas empíricas particulares, ou seja, a idéia é o meio da cognição e não seu objeto. Aristóteles substitui a díade platônica 'linguagem-real' por uma tríade 'linguagem-alma-real'. Entretanto, de forma semelhante a Platão, para Aristóteles, a linguagem e o sentido são reflexos da ordem imanente ao real. O que garante o universalismo é, portanto, em última instância, um real autônomo e estruturado, dotado por si mesmo de substâncias, qualidades, quantidades, lugares, relações. O escrutínio simbólico deste real, por ser transparente ao intelecto, teria, como resultado, uma representação objetiva pelas diferentes línguas humanas.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

Qual a relação deste universo grego com a reflexão, hoje, sobre língua e realidade e, em última instância, com as concepções sobre a língua? Podemos apontar a permanência de duas grandes posições oriundas das matrizes delineadas.

A primeira permanência é o essencialismo, em que as palavras são sucedâneas de entidades objetivas, que podem ser reais ou mentais, transcendentes em relação à experiência concreta e variável dos homens, e em que as línguas são instrumentos descritivos ou representacionais de uma ordem externa universal também estável. O essencialismo, seja na sua versão realista-platônica, seja na sua versão mentalista-aristotélica, coloca a língua como um reflexo (da racionalidade) do real. O essencialismo-realismo de Platão entende que a língua significa ao identificar parcelas do real; o essencialismo-mentalismo de Aristóteles compreende que esta significa quando representa conceitos (mentais) compartilhados entre falantes e ouvintes, conceitos estes que simbolizam o real.

A segunda permanência é o relativismo, que, em linhas gerais, apresenta uma 'visão contratualista', isto é, os sentidos estão sujeitos à deliberação comunitária. Por esta razão é possível identificar uma palavra como a mesma em diferentes situações, não porque ela se estabilize em função de estar referida a uma entidade, real ou mental, e sim porque se gerou uma convenção, fruto de uma deliberação social.

Os limites dessas duas grandes posições a respeito da linguagem se evidenciam a uma primeira exploração, mesmo que superficial, de nosso uso das línguas concretas.

O essencialismo na vertente do realismo – que parece tão adequado para explicarmos a produção de sentido em uma palavra como 'cadeira', por exemplo – cai por terra ao enfocarmos vocábulos, mesmo que simples e correntes, que não remetem a nenhum objeto empírico – o caso de 'gnomos' – ou que não se referem a nenhum objeto, de qualquer espécie, empírico ou imaginário – como é o caso de 'talvez'. Aliás, mesmo que fosse possível considerarmos apenas a empiria, a perspectiva realista encontraria seus limites. Voltando ao nosso exemplo: a palavra 'cadeira' se refere, no âmbito da experiência empírica, a uma série de 'coisas' diferenciadas – cadeira sem braços, com braços, com quatro pernas, com duas pernas.

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

Também a versão mentalista do essencialismo, embora possa explicar, de forma mais eficiente, a produção de significado em uma palavra como 'fada', não resiste a uma reflexão mais apurada. O que seria, afinal de contas, a imagem (mental) de uma palavra como 'talvez', 'ética' ou 'linguagem'?

Essas limitações do essencialismo nos remetem ao relativismo, que, no entanto, também nos coloca questões, a principal delas a respeito da natureza e relevância dos próprios condicionantes coletivos de produção dos sentidos.

Podemos levantar um primeiro ponto: como ocorre tal 'deliberação' ou 'contrato'? A língua, de alguma forma, para existir socialmente, não exige alguma 'memória', aquela que foi produzida pela comunidade ou pelos contratos anteriores ao momento da interação em foco? Como se relaciona esta 'memória contratual' – para inventarmos uma expressão na perspectiva do paradigma em questão – com a situação verbal em curso em dado momento? Em outras palavras, que tipo de coerção ('comunitária') a memória estabelece? Além disso, as opiniões circulam livremente, de forma independente da produção material da existência?

Em suma, até aqui, a partir de uma breve incursão na história da filosofia e no que denominaríamos hoje de filosofia da linguagem, colocamos em questão duas grandes afirmações: 'a língua é um reflexo da realidade (estável)' e 'a língua é uma invenção (consensual)'. Observamos que estas teses nos colocam questões quando aplicadas aos usos concretos da língua: a primeira, porque as palavras não são uma reprodução isonômica e transparente da realidade, mesmo que fosse possível considerar esta última apenas na sua dimensão empírica; a segunda, porque, ao abrir espaço para focar a língua como uma ação humana, não inscreve esta ação, necessariamente, em uma memória e em uma materialidade, podendo afastar, assim, a noção de língua 'coletiva' da de 'social e histórica'.

Em outras palavras, estas duas teses se vinculam a diferentes perspectivas de 'realidade': a primeira tese, à realidade não só como atingível, mas também como reproduzível (por sua natureza permanente e racional); e a segunda tese, à realidade como não atingível. Contudo, apesar de opostas, em ambas a relação entre língua e realidade está resolvida, seja porque língua e realidade se confundem, seja porque estão completamente

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

dissociadas; seja porque a relação entre ambas é harmônica, seja porque ela simplesmente é inexistente.

Neste ponto, cabe um esclarecimento. De forma alguma, nossa proposta de retorno ao pensamento grego sobre linguagem tem como objetivo estabelecer uma exegese dos textos originais ou uma outra leitura dos mesmos. Muito pelo contrário. A proposta aqui é exatamente resgatar a leitura que se consolidou sobre este pensamento e indicar sua permanência em nossa perspectiva sobre a língua.

Os leitores já devem estar imaginando que tais concepções sobre a língua não são desinteressadas, mas geram e são geradas por relações materiais (de produção e reprodução do humano) e sociais (*idem*). Podem supor também que estas concepções criam, inclusive, determinadas (im)possibilidades na abordagem da língua como ação e transformação humana. O leitor pode se apressar ainda mais e refletir sobre a relação dessas concepções com o trabalho dos ACS. Vamos, então, retomar nossa pergunta: como esta discussão sobre a língua se relaciona com as noções de informação e comunicação no trabalho e na formação dos ACS?

A tese 'a língua é um reflexo da realidade (estável)' é uma das condições que sustentam a informação e a comunicação – esta última como sinônimo de 'transmissão de informações' – como projetos humanos 'possíveis'. A tese cria, no discurso, a possibilidade de um conhecimento imanente ao real, conhecimento que, por sua permanência, é passível de ser codificado e transmitido de forma integral e transparente.

Assim, ao questionarmos a tese 'a língua é um reflexo da realidade (estável)', estamos colocando em foco três problemas: a noção de informação, uma perspectiva de comunicação – aquela baseada na tríade 'emissor', 'receptor' e 'código' – e, na esteira, uma perspectiva sobre o trabalho do ACS – aquela que considera a transmissão de informações e a "clareza comunicacional" como bases deste trabalho.

Ou seja, pensar a língua como reflexo do real suscita 'naturalizar' o humano como algo dado: a conseqüência disso pode ser assumir a impossibilidade de transformar. Só para exemplificar, o conhecimento científico (cuja historicidade, caráter ideológico e potencial transformador vou-me furtar a abordar aqui), se focado como o real a ser 'transmitido' ou mesmo 'tra-

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

duzido' para a comunidade, pode resultar em um aprofundamento de sua reificação<sup>16</sup> e, portanto, na consolidação das relações sociais já constituídas.

A tese 'a língua é uma invenção (consensual)', por sua vez, abre espaço para a concepção da comunicação como demiurgo, como 'o' espaço único da produção do humano, já que existe uma supra-realidade que não é acessível. Isto é, pensar a língua como uma criação apartada do real implica abrir mão de compreender como o homem produz a linguagem na sua relação com a produção social e material da existência. Esta segunda tese, assim como a primeira, reverbera no discurso sobre o trabalho e a formação dos ACS e as noções de informação e de comunicação aí implicadas.

Em primeiro lugar, a tese pode levar à conclusão que 'não importa o que é ou não real, e sim basta convencer'. O desafio no trabalho do ACS fica reduzido à busca da melhor forma de convencer a comunidade a aderir aos tratamentos e às ações de saúde propostas, e não como estes mesmos tratamentos e estas mesmas ações se relacionam com a produção social da existência, inclusive naquela comunidade.

Por conseqüência, esta segunda tese sobre a língua também pode esvaziar, no âmbito da formação do ACS, a importância de se tratar, no currículo, de conteúdos que possibilitem ao ACS o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. O que passa a ser importante, na perspectiva em foco, é o domínio supostamente integral, pelo ACS, dos códigos e das formas de interação verbal em dada comunidade. Assim, pensar que 'a língua é uma invenção (consensual)' também pode ter impactos nos espaços de qualificação formal deste trabalhador.

Uma terceira questão vinculada a esta tese é que ela tende a desconsiderar a relação dos discursos com a história, enfocando-os como isolados ou estanques. É de se observar que os discursos 'circulam', e a eficácia da língua – inclusive ideológica – consiste exatamente nesta característica específica como trabalho humano: a língua não é uma invenção a critério dos falantes, que, de forma independente das condições de existência e da materialidade do discurso, 'decidem' sua visão de mundo. Na lingüística, esta 'circulação' de

<sup>16</sup> Na definição do *Dicionário Houaiss*, a reificação refere-se a "qualquer processo em que uma realidade social ou subjetiva de natureza dinâmica e criativa passa a apresentar determinadas características - fixidez, automatismo, passividade - de um objeto inorgânico, perdendo sua autonomia e autoconsciência".

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

discursos (e de conhecimentos) tem sido enfrentada através de noções como 'dialogismo' e 'heterogeneidade', que serão abordadas na crítica à tese 'a língua é um meio', item a seguir.

Além disso, a língua não é neutra e seu uso não acontece 'descompromissadamente'. O que está em jogo aqui é que os agentes estarão atuando na construção de sujeitos e que tal construção é contraditória – como, aliás, muitas outras produções no capitalismo... Esta produção, ao mesmo tempo em que cria condições de existência mais adequadas, também inscreve os indivíduos em formas padronizadas de ser e de agir. Voltaremos a tratar da questão também no item a seguir.

Assim, considerar os agentes como detentores de uma competência 'comunicativa' – por compartilharem, supostamente de forma integral, os mesmos 'códigos' lingüístico-culturais da comunidade atendida – pode significar desconsiderar, mais uma vez, a necessidade de os agentes discutirem em profundidade a historicidade do conhecimento. Ignorá-la não é nefasto só porque os agentes estarão aliados de uma 'ilustração'. De forma semelhante à tese anterior, esta segunda tese sobre a língua também deixa intocada a questão da produção social da informação – por exemplo, como se define e quem define o que conta como 'informação' – e das possibilidades de transformação dessa produção.

Não enfrentar, portanto, que existe, em primeiro lugar, uma relação da língua com a produção material da existência e, em segundo lugar, que esta produção é humana (e não transcendente) implica colocar de lado as consequências diretas da ação discursiva dos ACS, na saúde e na vida da população atendida.

Aqui cabe uma pequena digressão. Nossa ênfase na perspectiva da língua como trabalho – e os indícios até aqui de uma visão de língua como materialidade simbólica específica da história – evidencia a inspiração no pensamento marxista. De fato, Marx abre caminho para criticar a tese – idealista – da língua como uma 'invenção', como fruto da 'criação humana' apartada da realidade. Em *A Ideologia Alemã* (Marx & Engels, 2006: 51):

A produção de idéias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como ema-



## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

nação direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. São os homens os produtores de suas representações, de suas idéias, etc., mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a ela correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações.

No entanto, no que tange à história do marxismo no século XX, é interessante observar como esta crítica em Marx acaba levando, muitas vezes, à recuperação da primeira tese, ou seja, de que 'a língua é um reflexo da realidade'.<sup>17</sup> Nosso esclarecimento é menos para criticar a história do marxismo no século passado, e mais para demonstrar o alcance da tese do reflexo – e, por conseqüência, nossas dificuldades em superá-la. Inclusive porque a superação não ocorrerá apenas com a negação da tese contrária, ou seja, de que 'a língua é uma invenção (consensual)'. Presos entre essas duas teses, não conseguimos nos mover...

A abordagem da língua como reflexo, de fato, é um risco aberto pela perspectiva da linguagem como uma atividade prática e constitutiva da produção do humano. Evitar o risco aqui é tentar romper com uma determinada idéia de causalidade – de precedência da 'produção material da existência' sobre a 'produção simbólica'. Esta idéia ficará como um dos fios do presente texto que podem ser perseguidos pelo leitor posteriormente, entendendo que seu enfrentamento está no cerne da criação de uma nova perspectiva sobre a língua como atividade. Pensar nesta questão também pode contribuir para, voltando a Marx, entender este modo de produção da existência tão específico ao ser humano, que se chama trabalho:<sup>18</sup> uma autoprodução da existência material que é – sempre e também – a produção de uma relação social, portanto envolvendo – intrínseca e inexoravelmente – a (também) produção de uma materialidade prático-simbólica.

Em suma, nosso objetivo neste item consistiu em relacionar duas diferentes perspectivas sobre a língua com a idéia dos agentes como transmissores

<sup>17</sup> Para a persistência da tese da língua como reflexo no âmbito do marxismo, ver Bottomore (1988), *Dicionário do Pensamento Marxista*, especificamente a entrada 'Linguística'; Raymond Williams (1979), *Marxismo e Literatura*, em especial os capítulos "Linguagem", "Base e superestrutura", "Determinação" e "Do reflexo à mediação"; e Eagleton (1997), em particular o capítulo "Discurso e ideologia", da obra *Ideologia*.

<sup>18</sup> Sobre trabalho, ver Ramos, texto "Conceitos básicos sobre o trabalho", no livro *O Processo Histórico do Trabalho em Saúde*, nesta coleção (N. E.).

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

de informação. Podemos afirmar agora, com todas as letras, que tanto a tese da língua como mero reflexo do real quanto a tese da língua como desvinculada do real podem ser 'ideológicas', isto é, estão implicadas na divisão e distribuição social da riqueza, contribuindo para naturalizar e justificar formas de ser e de agir (e de não-ser e de não-agir). Os efeitos (de sentido) das duas teses são, inclusive, bastante semelhantes.

Neste ponto, damos um enorme salto – cronológico – para alcançarmos Ferdinand de Saussure e seu *Curso de Lingüística Geral*, publicado em 1916. Podemos localizar a obra de Saussure como um duplo rompimento com o “idealismo”: com a noção essencialista-realista de língua e com a visão de língua como invenção criativa.

Saussure busca identificar qual é a especificidade da língua como manifestação simbólica social. Para tal, ele rompe com as duas noções idealistas de língua: como reflexo ('do espírito de um povo') e como criação livre pelos indivíduos. Saussure, contudo, abre também um novo conjunto de problemas, de que trataremos a partir da crítica à tese 'a língua é um meio', objeto do próximo item.

Assim, a seguir, examinamos como Saussure – e a chamada lingüística moderna – se relaciona com as noções de informação e comunicação, ao dar um novo *status* teórico à tese de que a 'língua é um meio'.

### **A Língua é um Meio?**

Conforme já enunciamos na introdução, a transformação dos estudos sobre a língua em um campo restrito e especializado é exatamente o movimento histórico que o *Curso de Lingüística Geral* (1916),<sup>19</sup> de Ferdinand Saussure, capitaneia. A obra de Saussure rompe, em alguns aspectos, com os estudos

---

<sup>19</sup> Já repetimos várias vezes ao longo do texto a obra de Saussure à qual se referem nossas críticas, isto é, ao *Curso de Lingüística Geral*, editado por seus discípulos a partir de notas de aula. Nossa reiteração não é fruto do acaso, pois queremos enfatizar que nossas observações não têm como alvo a totalidade da obra de Saussure. Esta abrange outras temáticas que entram, senão em contraposição, em contraponto com as desenvolvidas no curso (temáticas que dizem respeito à questão filosófica do 'sentido' e ao jogo de significantes). Há hoje uma busca de compilar e editar os manuscritos de Saussure, pois sua 'descoberta' é relativamente recente. Para a edição dos manuscritos originais de Saussure em português, o leitor pode se referir a Saussure (1975) e Saussure (2004). Saussure publicou ainda um estudo na linha da gramática comparativista (intitulado, no original em francês, "Memoire sur le systeme primitif des voyelles dans les langues indo-europeennes").

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

diacrônico-historicistas do século XIX,<sup>20</sup> estabelecendo 'língua' como sinônimo de 'relações sincrônico-estruturais' e definindo também, nestes termos, o que passa a ser considerado o objeto da lingüística.

Vejam os que isto significa, a partir de quatro rupturas promovidas pela obra de Saussure, que não só vão definir a lingüística como ciência ao longo de todo o século XX, mas também vão contribuir para a noção de língua como meio e de comunicação como transmissão de mensagens.

Saussure estabelece a distinção entre 'língua' (*langue*) e 'fala' (*parole*) – sendo a primeira o sistema geral de signos como instituição social, e a segunda um ato individual de uso da língua. Ao estabelecer tal distinção, Saussure também coloca a *langue* como o objeto da lingüística, excluindo a 'fala' desses estudos. Assim, o uso da língua – incluindo a produção de sentido, sua historicidade e sua relação com o contexto imediato – é excluído como objeto da nova ciência.

A partir desse primeiro corte, este pensador estabelece um segundo: a língua se define em função de suas relações internas opostas, sem recursos ao exterior. O 'exterior' passa a ser um 'fantasma', ao ser colocado fora da fundação da lingüística. O que interessa, em termos de descrição lingüística, seria o valor do signo, isto é, o que nele não é outro signo. O signo é signo, portanto, pelo que são as relações internas do sistema (com os outros signos), 'cadeira' é 'cadeira' porque não é 'mesa' e não porque se refere a um objeto concreto. Um substantivo é um substantivo não porque remete a um determinado referente do mundo, e sim porque estabelece uma relação com os outros componentes da oração (não ocupa, na oração, o lugar de verbo, por exemplo).

O terceiro corte saussureano também se refere à natureza do signo lingüístico, unidade formada de 'significado' e 'significante'. O significante é uma imagem sonora, e o significado é o conceito, que só se define em função do

<sup>20</sup> O que eram os estudos diacrônico-historicistas sobre a língua que marcaram o século XIX? Este rótulo reúne uma série de pensadores que, *grosso modo*, deram um caráter sistemático para o trabalho de comparação gramatical e para o estudo dos processos de mudanças nas línguas, estabelecendo depois a tese de que as correlações apontam para uma origem comum. Estes pensadores seriam Franz Bopp, Friedrich Schlegel, Jacob Grimm (que também se notabilizou pela compilação de histórias infantis tradicionais), Friedrich Diez, Schleicher, os neogramáticos Hermann Osthoff, Karl Brugmann e Hermann Paul, e William Whitney e Wilhelm von Humboldt. Para Faraco (2004), a ruptura promovida por Saussure deve ser minimizada, pois nestes estudos já haveria uma construção da imanência da língua e da língua como fato estruturado, pavimentando o caminho para o corte saussuriano.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

significante. Para Saussure – e isto não foi inventado por ele –, o significado não é um referente do mundo, um objeto empírico, e sim uma 'imagem mental'. O que Saussure inaugura é como tal imagem se define: não como um recurso aos 'sentimentos' de uma comunidade ou a uma psicologização da mesma, mas também como uma oposição interna ao 'sistema lingüístico' – o conjunto de relações opositivas entre os signos, relações estas que constituem a própria organização ou estrutura da língua. Ou seja, mais uma vez, o significado de um signo é o que os outros significados não são.

O quarto corte do *Curso de Lingüística Geral*, conforme já apontado, é colocar nas margens da lingüística, além da 'fala' e do 'externo', também as chamadas relações diacrônicas. As relações diacrônicas são aquelas relativas às mudanças na linha do tempo, em oposição às relações sincrônicas, que se referem ao estado particular da língua em dado momento. Um estudo diacrônico, por exemplo, pode analisar como os fonemas das diversas línguas neolatinas foram formados a partir de uma base comum (o latim), enquanto que um estudo sincrônico enfocaria como os fonemas de uma determinada língua neolatina se organizam internamente (isto é, como os sons se opõem no português: um /s/ não é um /z/ porque o primeiro é surdo e o segundo é sonoro; esta oposição não existe em espanhol). Assim, o pensamento inaugurado por Saussure considera que a sincronia é 'a' realidade da língua, porque na sincronia é possível captar as relações opositivas que explicam a organização da língua. O que passa a importar não são as relações sucessivas no tempo, mas sim as simultâneas.

Então, em que consistem as tais 'abordagens sincrônico-estruturais' que Saussure inaugura e as quais fizemos menção? Uma abordagem sincrônica-estrutural pode ser definida como o estudo de cada 'sistema lingüístico' e suas regras 'internas' de construção em dado momento. Estas regras internas se organizam por um jogo de oposições entre signos e não por qualquer outra definição de caráter essencialista e inerente aos mesmos.

Em outras palavras, Saussure rompe com os estudos sobre a história – a 'diacronia' – das línguas e com noções como 'espírito de um povo'. Se a língua, até Saussure, era abordada em áreas de conhecimento como a filosofia e os estudos gerais sobre a cultura, a partir deste estudioso, ela se torna um objeto em si e por si.

Como instituição social, em Saussure, a língua não se estabelece pela vontade individual ou por uma subjetividade idealizada de uma comunidade de

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

falantes ('alma ou espírito de um povo'). Ou seja, a língua deixa definitivamente de ser, para os estudos lingüísticos, uma entidade idealizada ou uma 'substância' amorfa, fruto do psiquismo individual ou coletivo, ou ainda uma apenas parte indefinida do que se chama genericamente de cultura. A língua passa ser uma 'forma', uma produção simbólica particular.

Contudo, curioso aqui é a contradição em Saussure: a idéia de 'coletiva' só torna o pensamento de Saussure mais idealizado, pois 'coletivo' é simplesmente 'o que está em todos'. Portanto, o *Curso de Lingüística Geral* promove uma dupla exclusão da história: a história como as condições materiais com a qual a língua dialoga e a história como memória diacrônica da língua (a própria história da língua) (Guimarães, 1995). Saussure afasta também o sujeito-falante-produtor da língua.

Logo, a perspectiva de Saussure é social, porém não é histórica. Paradoxalmente, portanto, este pensador rompe com a idéia da língua como reflexo de uma realidade idealizada, mas recoloca a idealização em novos termos.

Em suma, o empreendimento saussureano, mesmo rompendo com os idealismos românticos a respeito da língua que a vinculavam ao 'espírito do povo', mantém uma perspectiva idealizada sobre a língua. A idéia da língua como reflexo é substituída por uma nova proposta, também a-histórica: os sentidos estão acima/abaixo/fora/além/aquém dos movimentos da história, pois a língua é um sistema acima/abaixo/fora/além/aquém das ações discursivas dos falantes. A língua é, embora coletiva, o espaço das relações definidas pela própria língua tomada como sistema abstrato, excluindo sujeito, história e sentido.<sup>21</sup>

Apresentado, em linhas bem gerais, um panorama da perspectiva suscitada por Saussure, voltemos à nossa discussão sobre a relação entre estas

<sup>21</sup> Conforme o leitor já deve ter percebido, até aqui nossa abordagem do pensamento saussuriano é francamente crítico. Tal abordagem não mudará até o fim do presente texto, mas, neste ponto, cabe deixar mais um fio para o leitor, indicando que a obra de Saussure participa do que podemos chamar de 'aventura estruturalista'. Ou seja, os impactos do corte saussureano extrapolam o campo da lingüística, sendo intensos em uma parte significativa do século XX. Com ele, abre-se espaço para promover a lingüística como 'ciência-piloto' de um conjunto de metodologias, enfoques e abordagens – denominadas 'estruturalistas' – em diversos campos, como a antropologia, psicanálise e história, inclusive de tradição marxista. Para uma história do estruturalismo, ver Dosse (1993, 1994). Para ir ainda mais longe, o leitor pode investigar suas continuidades e mutações em Eagleton (1998), no livro *As Ilusões do Pós-Modernismo*; e em Anderson (2004), sobretudo os capítulos "Mudanças formais" e "Estrutura e sujeito", na edição conjunta de duas de suas obras: *Considerações sobre o Marxismo Ocidental e Nas Trilhas do Materialismo Histórico*.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

concepções sobre língua e as noções de informação e comunicação para chegarmos à prática de trabalho do ACS. O que está em jogo aqui é que o corte proposto por Saussure recupera a noção de língua como meio de expressão do pensamento e a noção de comunicação como uma linha de transmissão de informações entre um emissor e um receptor.

O diálogo entre Saussure e as teorias de comunicação está dado na sua origem. A 'teoria da comunicação' a que nos referimos se traduz exatamente nas noções de 'código', 'mensagem', 'ruído', 'canal' e 'veículo' de comunicação, ou seja, na tese da língua como um meio de transmissão de mensagens, de forma unívoca, de um falante para um interlocutor. Cabe, neste ponto, enfatizar que esta perspectiva sobre língua e comunicação não se restringe ao período inaugurado por Saussure. Independente da obra de Saussure, podemos afirmar que a tese da língua como meio é corrente, atravessando a história e dando forma ao nosso modo de pensar e agir. Esta tese está tão naturalizada que parece desnecessário, ao discuti-la, nos voltarmos para um autor específico (como Saussure).

Então, qual a importância de nos voltarmos para Saussure? Qual a relação entre o trabalho dos ACS e um estudioso sobre a língua que teve seus trabalhos publicados no início do século passado?

O trabalho de Saussure, se pudermos simplificar seu alcance, corrobora, no âmbito da teoria e da ciência, as noções de comunicação como transmissão de informações e da língua como meio, implicadas nos enunciados sobre o trabalho do ACS. Ou seja, Saussure (ou a leitura de sua obra) alça a um nível teórico determinadas concepções de língua que acabam enformando (e 'informando') nossas formas de pensar cotidianamente sobre a língua, assim como o fizeram os gregos (ou, de novo, nossa leitura sobre o pensamento grego).

Por esta razão, superar a tese de língua como meio – na lingüística e fora da dela também – significa criticar Saussure, sua teoria da comunicação e sua perspectiva da língua. Aprofundar nossa crítica a Saussure é também aprofundar nossa crítica às noções de comunicação como transmissão de informações e da língua como meio. Em última instância, problematizar esta teoria é uma forma de qualificar nossa crítica dos ACS como tradutores e transmissores de informação, ou seja, desta perspectiva sobre o trabalho (lingüístico) dos ACS.

Para tal, nos voltamos para outros estudiosos sobre a linguagem que já enfrentaram estas questões. No presente texto, o diálogo crítico com Saussure e com sua noção de comunicação e língua será encaminhado a partir de dois pensa-

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

dores inscritos na tradição do pensamento marxista, nomeadamente Bakhtin (Volochninov)<sup>22</sup> e Michel Pêcheux. Trazer o histórico-social, o sujeito, e a língua em uso<sup>23</sup> 'de volta' são os três movimentos a que se dedica um conjunto de estudos discursivos gestados no interior ou na relação com a lingüística, que têm estes dois pensadores como grandes referências.

Em Bakhtin e em Michel Pêcheux, é crucial criticar a visão saussuriana da língua como sistema autônomo atópico. Para tal, em termos teóricos, ambos buscam romper, em maior ou menor grau, com a separação entre língua e fala. Esta separação é a porta para expulsar o sentido, o sujeito e a história, e para deixar entrar a perspectiva de comunicação como transmissão de mensagens e da língua como meio.

Conforme vimos, para Saussure, a língua é o espaço das regularidades e do sistemático, ao passo que a fala é o espaço do aleatório. Ao romper com esta dicotomia, tanto Bakhtin como Pêcheux vão encaminhar sua discussão no sentido mostrar que a língua 'viva' é regida não só pela continuidade, mas também pela polissemia: "pelo jogo nas regras e pelo jogo com as regras" (Pêcheux, 1999: 27-28) ou pela unidade e pela polissemia (Bakhtin, 1990: 106-107), exclusões suscitadas pelo *Curso*. Estes movimentos duplos de produção de sentido, por sua vez, se relacionam diretamente com a produção de sujeitos e implicam sempre o questionamento da tese 'a língua é um meio/código'.

Vejamos o que significa esta relação entre língua, produção de sujeito e de sentido a partir das críticas dos autores a Saussure.<sup>24</sup> Continuemos, então,

<sup>22</sup> Há uma vasta polémica sobre a autoria da obra em questão: teria sido escrita por Valentin Nikolaievich Volochninov ou por Mikhail Bakhtin? Ou ainda: é possível estabelecer uma autoria quando a obra é escrita no contexto de um grupo que discute e compartilha idéias e temáticas? O presente texto optou por atribuir a autoria a Bakhtin e colocar o nome de Volochninov entre parênteses, seguindo a edição a qual recorremos em nossa análise.

<sup>23</sup> Evidentemente, as correntes que se dedicaram a trazer 'de volta' a língua em uso não se resumem à tradição marxista. Por exemplo, a sociolingüística variacionista, cujo maior expoente é William Labov, apresenta uma vasta produção nesta direção, inclusive no Brasil. O foco desta abordagem é a variação e a mudança, mapeadas por variáveis lingüísticas (por exemplo, tipos de textos suscitam diferentes construções sintáticas) ou sociais (por exemplo, situação e gênero condicionam determinados usos da língua). Entretanto, essa abordagem mantém a idéia de língua como código/meio. Portanto, a crítica à visão da língua como meio, objeto do presente item, é identificada, mais fortemente, nos dois pensadores mencionados.

<sup>24</sup> Aqui cabe um esclarecimento. As críticas de Pêcheux a Saussure perseguirão um caminho diferente das de Bakhtin (Volochninov), pois os dois pensadores entram em contato com a obra de Saussure em momentos distintos — a obra de Bakhtin (Volochninov) resulta do contato com o *Curso* logo após a sua publicação, na década de 1920; já Pêcheux faz uma leitura de Saussure na década de 1970, inclusive após a publicação de alguns manuscritos.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

o diálogo com Saussure e a crítica à noção de comunicação nele presente a partir da crítica radical de Bakhtin. É a busca de superação de Saussure – e da lingüística nos termos colocados naquele momento, incluindo sua visão de comunicação – que sustenta a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, sobre a qual nos voltamos agora.<sup>25</sup>

Nesta obra, Bakhtin Volochinov tece críticas às concepções abstratas e idealistas de língua e linguagem, denominando-as ‘objetivismo abstrato’ e ‘subjetivismo idealista’, expressões que unem, em si, (aparentes) polaridades antitéticas. No ‘objetivismo abstrato’, os autores identificam as teses saussurianas.<sup>26</sup> Destaquemos, portanto, duas – das muitas – críticas dirigidas por Bakhtin a Saussure e ao ‘objetivismo abstrato’, que, na nossa interpretação, constituem também uma crítica à tese da língua como meio.

Em primeiro lugar, apontamos que para Bakhtin, “a enunciação monológica fechada constitui, de fato, uma abstração”, pois “a concretização da palavra só é possível com a inclusão da mesma no contexto histórico real de sua realização primitiva” (1990: 103). Na citação, o leitor provavelmente identificou a expressão ‘enunciação monológica’, que se opõe à idéia de ‘enunciação dialógica’, que, por sua vez, nos remete à noção de ‘dialogismo’. A noção de dialogismo é uma forma de focar a língua como uma materialidade de produção de sentido(s) e de sujeito(s), e não como código. Ou seja, de superar a perspectiva da língua como um meio de transmissão de informações.

Em Bakhtin, o dialogismo – e a idéia do ‘outro’ – diz respeito a perspectivas mais amplas que o estudo da língua em si, remetendo a dimensões estéticas, éticas, filosóficas, epistemológicas (da forma de produzir ciências humanas) (Brait, 1997). Para os propósitos do presente texto, como podemos indicar a que se refere este princípio em termos de produção de língua?

Recorramos à literatura acadêmica sobre Bakhtin (Barros, 1997; Charaudeau e Maingueneau, 2004). Esta literatura nos aponta duas dimensões do dialogismo: o dialogismo interlocutivo, isto é, aquele referente ao diálogo

<sup>25</sup> Um outro escrito de Bakhtin que faz uma crítica ao modelo de comunicação sustentado por Saussure e incorporado pela lingüística intitula-se “Os gêneros do discurso”, publicado em *A Estética da Criação Verbal* (Bakhtin, 2000).

<sup>26</sup> Não nos aprofundaremos no ‘subjetivismo idealista’, porque o pensamento saussureano constitui, em certa medida, uma superação deste Bakhtin Volochinov, 1990). As críticas ao ‘subjetivismo idealista’ podem ser resumidas a um ponto: a enunciação é social, e o conteúdo das palavras não pode ser deduzido do psiquismo individual.



## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

entre locutores; e o dialogismo interdiscursivo, ou seja, aquele referente ao diálogo entre discursos. No primeiro caso, o dialogismo nos remete à troca intersubjetiva em uma situação de diálogo; no segundo caso, às relações que os enunciados mantêm com os enunciados já produzidos anteriormente, bem como os enunciados ainda a serem produzidos.

Esta segunda dimensão do dialogismo é importante para entender a potência desse princípio, pois localiza o enunciado no curso da história: em primeiro lugar, os enunciados não se relacionam apenas com uma memória histórica já registrada, resignificando-a, mas também abrem espaço, necessariamente, para a produção de outros enunciados; em segundo lugar, o dialogismo não é uma opção do falante da língua, mas uma orientação que define todo e qualquer discurso. O sentido só existe porque o discurso é dialógico: independente da intenção do falante, a fala proferida é atravessada por outras, inclusive de outros universos ou domínios; independente da intenção do falante, o discurso abre espaço para novos sentidos. O dialogismo é uma condição de linguagem.

Como o dialogismo entra em choque com a tese 'a língua é um meio'? Para Bakhtin, o sentido não é o resultado da decodificação de uma mensagem transmitida através de um veículo (meio), e sim consiste de uma produção oriunda da relação inexorável de um enunciado com outros enunciados (inclusive não proferidos ainda). Dizer que a língua é dialógica é também dizer que seu uso não ocorre em situações de unilateralidade: isto é, não se dá pela transmissão de uma mensagem de um falante a um ouvinte (este último em uma postura passiva) em um processo de codificação-decodificação, mas pela inscrição de ambos em uma cadeia histórica de enunciados, incluindo a consideração do contexto imediato.

Ou seja, o caráter social da língua não está em uma suposta natureza de código ou meio coletivo, mas sim na dimensão dialógica da produção de enunciados. Em outras palavras, para considerar a língua como 'coletiva' não é necessário vê-la também como um meio, um código.

Uma segunda crítica de Bakhtin a Saussure no que tange à idéia da língua como código pode ser identificada na relação entre língua e produção do sujeito histórico. Ou seja, para eles, a língua não é um meio externo aos sujeitos e vice-versa. Nas palavras do autor:

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

Para o objetivismo abstrato, a língua como produto acabado, transmite-se de geração a geração. (...) o objetivismo abstrato coloca a língua fora do fluxo da comunicação verbal. Esse fluxo avança continuamente, enquanto a língua, como uma bola, pula de geração para geração. Entretanto, a língua é inseparável desse fluxo e avança juntamente com ele. Na verdade, a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente verbal da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nesta corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. (...) Os sujeitos não 'adquirem' sua língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência. (Bakhtin/Volochinov, 1990: 108)

Assim, a consciência dos falantes não preexiste à língua, assim como a língua não preexiste plenamente à ação dos falantes. O que isto implica em termos de idealização da língua como um meio? Por um lado, os sentidos não pré-existem ao discurso. Em outras palavras, a língua não é uma 'vestimenta' para transmitir 'idéias' – como sinônimo de 'sentidos já dados *a priori*'. Em contrapartida, a língua também não preexiste, de forma completa e transparente, à ação discursiva dos falantes, isto é, nas palavras de Bakhtin, é resistente 'ao choque da história' (Bakhtin/Volochinov, 1990: 105).

É de se observar que, para Bakhtin, tal perspectiva está vinculada também à produção de uma teoria sobre o sujeito histórico. É no processo de produção de língua e de sentido que os sujeitos são produzidos, sujeitos que por sua vez são também produtores de história.<sup>28</sup>

É também esta crítica à tese da língua como meio e suas implicações na exclusão do sujeito, do sentido e da história pela teoria da comunicação que está na base das críticas que Michel Pêcheux encaminha a Saussure.

Pêcheux (1990) observa um efeito – uma contradição – da teoria de Saussure quando este estabelece a dicotomia entre língua e fala. Para Saussure, lembramos ao leitor, a língua é o espaço da norma coletiva, um meio disponível aos falantes. No entanto, Pêcheux observa uma espécie de 'resíduo' desta teoria: ao mesmo tempo que esta oposição coloca a língua como o espaço da norma, coloca também a fala como o espaço da liberdade e do sujeito livre. Ou seja, a língua é um meio que os falantes podem usar livremente – no espaço da fala. Nas palavras do autor,

<sup>28</sup> Bakhtin vincula esta produção de sujeitos, por sua vez às temáticas da 'necessidade e liberdade' e da 'responsividade/responsabilidade lingüística', que não abordaremos neste texto.

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

(...) tudo se passa como se a lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, passado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. A fala, enquanto uso da língua, aparece como um caminho da liberdade humana (...) (Pêcheux, 1990: 71)

Por este efeito indicado por Pêcheux, percebemos que o pensamento de Saussure abre campo para pensarmos o 'uso do código lingüístico' como algo destituído de história. O curioso aqui é que esta liberdade idealizada surge exatamente da noção da língua como um código, como um instrumento de comunicação de mensagens/significações que existem 'antes' de sua transmissão, isto é, antes do evento discursivo. Mais uma vez, a língua é uma vestimenta das idéias, das informações, mas ao invés de isso colocar o sujeito falante na história, só o retira dela.

Embora não seja foco de nossa reflexão aqui, assim como fizemos com Bakhtin, apontamos que a obra de Pêcheux trata de questões amplas, do domínio das ciências sociais e humanas (e de suas práticas e seus efeitos). Para se contrapor ao projeto comunicacional proposto pela lingüística – Saussure e outros – e pelas ciências sociais, Pêcheux substitui a noção de 'mensagem' pela de 'discurso' e a de 'emissor/receptor' pela de sujeito (da linguagem/da ideologia), fortalecendo um vasto campo de estudos que ficou conhecido como 'análise do discurso', ou como 'AD', ou ainda como 'análise francesa do discurso'.<sup>29</sup>

O objeto é, então, o discurso: o processo de produção de sentido, em uma materialidade específica denominada 'língua', e suas condições de produção histórico-sociais, que inclui outros discursos. Dois efeitos (ideológicos) fundamentais para Pêcheux são a ilusão do domínio do discurso pelo sujeito e a ilusão da já existência do sentido antes da produção discursiva.

<sup>29</sup> A AD surge na França na metade da década de 1960 e, na sua origem, buscava associar a lingüística a uma teoria da ideologia, especialmente a partir da obra althusseriana (Pêcheux, 1988). Tem sua gênese, portanto, no entrecruzamento estruturalismo-marxismo-psicanálise, definindo-se como uma disciplina de entremeio. Busca se estabelecer entre a lingüística – e sua negação à historicidade da língua – e as ciências sociais – e sua crença na transparência da linguagem (Orlandi, 2001b). O sujeito é resultado da relação com a linguagem e a história e é constituído a partir da relação com o outro, nunca sendo fonte única de sentido, nem onde se origina o discurso. Assim, na AD, sujeito e discurso se fundam na alteridade, que se relaciona com a recusa à completude e univocidade de sentido e à unidade do sujeito. A obra de Pêcheux é vasta, e a AD sofreu várias mutações, pelas quais estabeleceu um diálogo com Bakhtin, Foucault e Certeau. A AD se consolidou no Brasil em uma vasta produção teórica, sobretudo pelos trabalhos de Eni Orlandi. Para um histórico do campo, ver Malidier (2003), Orlandi (2002), Possenti (2004), Ferreira (2005) e Mazière (2007). Para uma crítica a sua primeira versão, ver Possenti (2002).

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

A crítica à ideologia é o caminho para indicar a impossibilidade de projetos comunicacionais que se baseiam na transparência da língua, do sentido e do sujeito.<sup>30</sup> Então, podemos afirmar que a AD rompe com a questão da precedência entre língua, sentido e sujeito: o sujeito não existe plenamente antes do discurso e nem os sentidos pré-existem plenamente à língua.

Em resumo, para os nossos propósitos aqui: a língua não é um código para o livre uso de sujeitos igualmente livres. O sujeito não só 'fala', mas ele também 'é falado' por outras 'falas' que atravessam a sua, e é esse 'atravessamento' que produz o sentido. Por esta razão, o discurso é 'heterogêneo'.

Assim, identificamos aqui, da mesma forma que nas teses anteriores, um convite para superarmos a noção de precedência/procedência. Na discussão proposta pelo presente texto, isso implica destacar a tese 'a língua é um meio' como um problema, já que esta remete para uma associação unidirecional entre produção de sentido, discurso, sujeito e história.

Em suma, romper com as duas teses do item anterior não implica necessariamente considerar que a língua é um meio (como fez o *Curso*). Assim como a língua não é uma livre invenção dos falantes, nem tampouco um reflexo do real, ela também não é um meio de transmissão, pois o sentido não emerge – não é produzido – a partir da decodificação da mensagem. O dialogismo e a heterogeneidade são princípios para enfrentar como se dá esta produção de sentido: a minha fala está sendo construída no aqui e agora, mas ela se filia a outras falas, seu sentido se dá pela relação com as outras falas.

Ou seja, tanto Bakhtin Volochinov quanto Pêcheux apontam a possibilidade de superar as duas teses expostas no item anterior: o sentido não é invenção, mas ele também não existe, a rigor, antes da produção do discurso. O sentido não 'paira', aguardando uma vestimenta (a língua) para ser transmitido de forma integral e transparente, e a língua também não 'existe' plenamente antes de entrar na história.

De forma semelhante, os sujeitos também não existem plenamente *a priori*, como senhores absolutos no domínio de um código/meio, o qual utilizam para transmitir os sentidos portados. Aliás, achar que somos autônomos e que não estamos sujeitos às injunções da ideologia já é, em si, uma produção discursivo-ideológica.

<sup>30</sup> Neste conjunto, a AD coloca não só Saussure, mas também a análise de conteúdo e a pragmática – ver Orlandi (2001b) e Possenti (2004).

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

Pensar na historicidade do sentido e do sujeito é colocar em xeque, mais uma vez, a idéia de que a informação e a comunicação são transparentes e que o sentido está 'lá', na forma, expressa através de um meio, para ser decodificado. Que implicações, então, a crítica à tese 'a língua é um meio' coloca para a reflexão sobre o trabalho lingüístico do ACS?

A primeira implicação – e mais evidente – é que o uso da língua não acontece de forma neutra. Ao traduzir as informações para a comunidade – sim, nos remetemos aqui à idéia do 'o ACS como um tradutor' –, este trabalhador necessariamente está atuando também na produção de sentidos e de sujeitos. Se os sentidos e os sujeitos são também produzidos no ato verbal vivo, concreto e presente de 'usar' a língua – e sempre a 'usamos' –, ACS e comunidade estão-se inscrevendo no curso geral de produção de enunciados sobre saúde, sobre as instituições públicas e privadas, sobre o papel do Estado,<sup>31</sup> sobre a relevância da ciência, sobre o *status* dos diferentes saberes, sobre as formas de inscrição do cidadão. Pensar que o sentido e o conhecimento existem *a priori* é mais uma vez negar a historicidade do humano e a possibilidade de transformar.

Em segundo lugar, se a língua apresenta uma dimensão social que é histórica e dialógica – e não apenas 'coletiva' e 'arbitrária' –, esta produção de sentido se dá também em função de uma memória discursiva, ou seja, em função dos enunciados que constroem as mesmas questões centrais: saúde, Estado, ciência, cidadania, conhecimento.

Estas duas implicações – bastante simples, por sinal – colocam como um problema a noção do trabalho do ACS não só como 'informador', mas também como 'tradutor', se entendermos 'tradução' como a transmissão de uma mesma mensagem através de outro código. Se as línguas não são código/meio, teríamos um trabalhador desprovido dos instrumentos necessários para executar seu trabalho.

---

<sup>31</sup> Sobre Estado, ver Linhares e Pereira, texto "O Estado e as políticas sociais no capitalismo", no livro *Sociedade, Estado e Direito à Saúde*, nesta coleção (N. E.).

### **Considerações Finais**

Nosso objetivo no presente texto foi traçar grandes linhas de reflexão sobre a relação língua, comunicação e informação, entendendo que tal relação é constitutiva do discurso sobre o trabalho do ACS. Ou seja, esse objetivo se justificou pela constatação de que a língua é considerada um instrumento central na prática de trabalho do ACS.

Em outras palavras, pensar na língua como ferramenta de trabalho – de informação e comunicação – exige que enfrentemos como nossas teorias enfocam esta produção humana chamada língua. Para tal, resgatamos, na história dos estudos sobre a língua/linguagem, três diferentes teses: ‘a língua é reflexo de uma realidade (estável)’, a ‘língua é invenção (consensual)’ e ‘a língua é um meio’. Essa incursão se justificou para que o leitor estabelecesse um contato com a longa história sobre a idealização da língua e as formas de seu enfrentamento ou de seu aprofundamento, incluindo a chamada ciência lingüística nesta trajetória. Por idealização, entendemos aqui a dissociação entre língua, sentido e história – ou seja, da língua como não-trabalho.

Mais do que responder qual seria a melhor forma de focar a relação língua e trabalho, o texto almejou mostrar exatamente o avesso: há diferentes formas de enfocá-la como não-trabalho. Estas formas de desenquadrar a língua como trabalho se expressam basicamente nas três teses: colocar a língua como reflexo de uma realidade transcendente, como uma invenção humana fruto das opiniões coletivas ou como um meio para transmitir sentidos e para ser ‘utilizado’ por sujeitos (sendo tanto o sentido quanto o sujeito produzidos ‘livremente’ fora da língua).

Portanto, o texto procurou indicar que, para ingressar na discussão sobre o trabalho lingüístico do ACS e sobre suas ações como agentes lingüísticos da saúde, é preciso criticar, de saída, estas noções de linguagem e seu vínculo com a noção de comunicação como transmissão de informações.

Poderíamos concluir nosso texto desdobrando as críticas às três teses abordadas em críticas a outras teses como ‘a língua é transparente’, ‘a língua é neutra’, ‘a língua é homogênea’, ou ainda ‘a língua é natural’. Achamos, contudo, que o próprio leitor pode derivar as críticas a estas outras teses a partir de nossa breve incursão na história dos estudos sobre a linguagem (incluindo a história de suas contraposições).

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

No entanto, vamos concluir registrando um silenciamento neste texto: ao tecermos considerações sobre o trabalho lingüístico concreto dos ACS, nenhuma se referiu à inserção dos ACS nas reuniões da equipe da família. Que questões a inserção do ACS nesta interação nos coloca para pensarmos a língua como trabalho no trabalho em saúde? Haveria um conflito entre diferentes formas de produzir saúde? Entre diferentes inscrições discursivas? Ou o ACS incorpora plenamente os discursos produzidos no universo biomédico? Assim, o poder nas equipes de saúde da família é operado exatamente pela inscrição de todos neste universo discursivo, que distribui de forma desigual o conhecimento? Como se dá, afinal, a heterogeneidade discursiva no interior do trabalho coletivo das equipes?

Desse modo, o trabalho dos ACS é uma oportunidade para que retomemos estas e outras questões milenares sobre trabalho, sobre língua, sobre língua e trabalho, sobre produção de sentido e de conhecimento. Pensar na produção de sentido – no trabalho ‘da’ língua – é também repensar nossas ações na transformação das condições de vida e tentar imaginar para além dos sentidos (que parecem) consolidados. É pensar na necessidade e liberdade, é pensar no possível e no imaginado para a saúde, na gramática e na agramática... É pensar não só nas formas mais eficientes de usar a língua como trabalho – para convencer, para motivar, para controlar, para registrar –, mas também no trabalho da língua e suas conseqüências em nossas ações e inscrições como sujeitos.

É também pensar que o ACS está mergulhado nesta história e que quem educa este trabalhador também está. Portanto, o que estamos querendo dizer quando afirmamos que o ACS é um ‘informador’, ‘comunicador’, ‘tradutor’ ou ainda um ‘educador’? Afinal, o que é ser um ‘elo’?

### **Indicações de Leitura**

Para consultas sobre conceitos basilares no campo da lingüística, sobretudo a partir do legado de Saussure e do estruturalismo, indicamos o *Dicionário de Lingüística*, de Jean Dubois. Ainda no campo dos estudos lingüísticos, podemos apontar, como leituras suplementares, obras de pensadores que se propõem a fazer uma (re)leitura do pensamento de Mikhail Bakhtin e Michel Pêcheux no Brasil. Dentre estes inúmeros estudiosos, podemos destacar dois: sobre Pêcheux, referir-se ao trabalho de Eni Orlandi (por exemplo, 2001a, 2001b,

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

2002); sobre Bakhtin, ao de Beth Brait (sobretudo, 1997, 2005, 2006). Também podemos indicar obras que aprofundam um dos fios lançados no presente texto: a noção de ideologia. Sobre esta noção, há uma vasta bibliografia, da qual destacamos dois títulos, pela proposta de oferecer ao leitor uma visão panorâmica: Eagleton (1997) e Konder (2002). Por fim, para tratar da questão do diálogo, resgatamos o livro de Paulo Freire (1983), intitulado *Extensão ou Comunicação?*. Nesta obra, o autor, a partir da experiência promovida entre agrônomos e camponeses no Chile, discute os impactos políticos da aplicação, a projetos educacionais, das duas noções indicadas no título, problematizando, em última instância, não só o processo de conhecer, mas também o de comunicar.

### Referências

- ANDERSON, P. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental. Nas Trilhas do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AUROUX, S. *A Filosofia da Linguagem*. Campinas: Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *A Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARROS, D. L. P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido*. Campinas: Unicamp, 1997.
- BARROS, M. de. *O Livro das Ignorâncias*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido*. Campinas: Unicamp, 1997.
- BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido*. Campinas: Unicamp, 1997.
- BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHAUÍ, M. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROBLEMAS (...)

- DOSSE, F. *História do Estruturalismo: o campo do signo, 1945/1966*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- DOSSE, F. *História do Estruturalismo: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, nov. 2002. Versão eletrônica.
- DUBOIS, J. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, s.d.
- EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp, Boitempo, 1997.
- EAGLETON, T. *As Ilusões do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FARACO, C. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (Orgs.) *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- FERREIRA, C. L. F. O quadro atual da análise do discurso no Brasil. In: INDURSKY, F. & FERREIRA, C. L. F. (Orgs.) *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso – uma relação de nunca acabar*. São Paulo: Claraluz, 2005.
- FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.
- FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990.
- GUIMARÃES, E. *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.
- JAPIASSÚ, H. & MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- KONDER, L. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- PLATÃO. *Górgias*. Lisboa: Edições 70, s.d. Disponível em: <[www.cfh.ufsc.br/~wfil/gorgias.pdf](http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/gorgias.pdf)>.
- PLATÃO. *Teeteto-Crátilo*. Belém: UDUFPA, 2001.
- MALDIDIER, D. *A Inquietação do Discurso: reler Michel Pêcheux hoje*. São Paulo: Pontes, 2003.
- MAZIÈRE, F. *A Análise do Discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- MARCONDES, D. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (Orgs.) *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- NEF, F. *A Linguagem: uma abordagem filosófica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- NEVES, M. H. de M. *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*. São Paulo: Hucitec, Editora Universidade de Brasília, 1987.
- ORLANDI, E. *A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 2001a.
- ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2001b.
- ORLANDI, E. A AD e seus entremeios: notas a sua história no Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 42: 21-40, jan.-jun., 2002.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pécheux*. Campinas: Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, 2: 7-31, jul.-dez., 1999.
- POSSENTI, S. *Os Limites do Discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba: Criar, 2002.
- POSSENTI, S. Teorias do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (Orgs.) *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- ROBINS, R. M. *Pequena História da Lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- SAUSSURE, de F. As palavras sob as palavras (os anagramas de Ferdinand de Saussure). Tradução e notas de Carlos Vogt. In: *Os Pensadores: Saussure, Hjelmslev, Jakobson, Chomsky*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- SAUSSURE, F. de. *Escritos de Lingüística Geral*. Organizado e editado por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2004.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, s.d.
- TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.
- WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.